

Editorial

Ninguém desconhece que datas emblemáticas se prestam ao espetáculo. Quanto a isso, é preciso reconhecer que o *slogan* “Brasil 500”, repetido à exaustão, é exemplar. Nutrindo a passividade, uma verdadeira persuasão intimidatória tem operado no sentido de produzir uma “(ir)realidade espetacular”. Ao nosso ver, acreditar que a contestação a essa ordem, que se conforma valendo-se do conformismo, se faz pela mera exposição dos que foram deixados na sombra apenas fortifica os seus fundamentos, pois a realidade concreta vivida nos chãos deste país pelos que suportam todas as injustiças que secularmente se acumulam é ela própria um componente estruturante desta sociedade. Quando os “de baixo” são alcançados pela luz que irradia dessa (ir)realidade, é para que sejam apresentados e reconhecidos como merecedores de condescendência e comiseração pelos que supostamente detêm as prerrogativas, ou as fontes do ser social ativo, os autoproclamados protagonistas da cena que nos impingem a viver, enquanto vítimas resignadas, como encenação social.

Como questionar criticamente (isto é, cientificamente) as sanções e apologias a uma realidade social que reproduz iniquidades de toda monta em escala ampliada e cinicamente assume ares de justa e democrática?

Com este propósito foram convidados a escrever neste número da revista **Terra Livre** intelectuais que, ao seu modo, procuram fazer da geografia uma forma de conhecer o mundo para o transformar. Foram convidados a refletir sobre os “outros 500”. Mas não para se referirem aos 500 anos passados e neles se limitarem a destacar aqueles que foram silenciados pela história oficial. Ao nosso ver, tal visão, legítima porque preocupada com os que ficaram sem voz e vez, é, entretanto, insuficiente se não estiver consubstanciada por uma perspectiva voltada para o devir. A abordagem a respeito das possibilidades transformadoras que se encontram parcamente realizadas, ou mesmo embotadas em nossa sociedade é, para nós, fundamental para tomar o tempo e o espaço, no pensamento e na prática, como algo que produzimos a partir de nossas ações, como campo de possíveis sobre o qual devemos deliberar e fazer as nossas escolhas.

Fora dessa orientação fica mais difícil reconhecer e compreender as verdadeiras dificuldades existentes à transformação social. Sem a compreensão de que as possibilidades de superação de processos que se arrastam e se multiplicam historicamente (que são os fundamentos de fatos e situações absolutamente vergonhosos para qualquer noção exigente de civilização) passam pelo esclarecimento efetivo de que existem necessidades cuja resolução está impossibilitada nos marcos e limites desta sociedade, as ações em favor das transformações estarão condenadas ao esvaziamento, à pobreza de sentido histórico, à captura fácil pelo discurso esvaziador da política tornada espetáculo, da política sem conseqüência, impotente porque nutrida por *slogans* ociosos, por frases e palavras vazias flagrantemente desencontradas, senão opostas às ações reais.

O conhecimento do mundo propiciado pela geografia e pelos geógrafos é imprescindível para que a cidadania, parafraseando um grande intelectual brasileiro, deixe de ser um mal-entendido. Temos grande responsabilidade, embora nem sempre nos apercebamos dela, na construção de práticas inovadoras e criativas, cientificamente orientadas. Nossa atividade intelectual tem muito a dizer... e a ouvir, pois quem se

coloca de modo arrogante na posição de detentor de um saber supostamente inacessível aos que devem apenas operacionalizá-lo, não atua com vistas ao diálogo. O mundo do receituário não nos levará longe; não só deve ser evitado, mas combatido, pois é exatamente com ele que somos confrontados. Não podemos repetir os mesmos equívocos do passado. Já sabemos que decretar a falsidade da aparência não só condena o pensamento a privar-se do contato com os fenômenos, com os aspectos prático-sensíveis do real, como nos remete de volta ao autoritarismo intrínseco a uma forma de pensar que só admite, ou considera importante, as práticas conseqüentes com um futuro determinado de antemão. Inequivocamente, essa é a postura de quem não pretende sair do atoleiro do não-conhecimento. Para nós, o trabalho do geógrafo enquanto intelectual é o de ajudar o *outro*, e por conseqüência a nós mesmos, a refletir criticamente, isto é, cientificamente, a partir da prática, da nossa prática, tomando os fatos, os acontecimentos, as experiências para tentar alcançar os processos dificilmente inteligíveis se tomados apenas pela aparência com que se manifestam para, assim, voltar à prática (sem dela ter saído) infundindo-a com algo novo, com as representações propiciadas pelo conhecimento que foi além do empírico.

Quem se entregar à leitura deste número da revista **Terra Livre** poderá perceber como os nossos colegas, ao lidar com temas e questões diversos, estão buscando ampliar os limites do conhecimento que se pode alcançar através da geografia. As dificuldades não são poucas. Afinal, como compreender que as metrópoles brasileiras, chegando ao patamar de uma urbanização marcada por negatividades absolutas, dramáticas, aparentemente incapazes de realizar o trabalho de superação imanente à negação, como é próprio da dialética, constituem, em verdade, uma urbanização crítica, configurando a radicalidade do urbano na História?

Esta proposição não impede (ao contrário, ela exige) o escrutínio rigoroso de práticas políticas importantes, como a constituída pelos orçamentos participativos. Com diferentes níveis de aprofundamento, esta prática tem se mostrado particularmente instigante, entre outros aspectos, por esboçar uma despatrimonialização do Estado pela sociedade civil, embora ainda travejada pelo que o autor denomina de corporativismo territorial.

Mas as tentativas e experiências de deslocamento do processo político para a sociedade civil, através dos movimentos sociais, também podem ser observadas pelas reflexões dos autores que se dedicam mais especificamente ao estudo das formas de organização social encontradas pelos que vêm lutando para conferir outros conteúdos à realidade agrária brasileira, questionando a legitimidade das concepções de terra e de trabalho (e porque não dizer, acrescimo, da própria vida), que informam e formam a legalidade salvaguardada pelo Estado e sua ação institucionalizadora, de tudo e de todos. Inclusive do nosso trabalho intelectual. Como demonstram sobretudo dois autores em seus artigos, a iminência da separação, da apartação entre os cursos de bacharelado e de licenciatura coloca perspectivas nada alentadoras para o desenvolvimento do conhecimento. No calor da necessária indignação frente aos desatinos tecnocráticos, que até acertam no diagnóstico quanto aos desacertos da formação universitária, mas nos receitam uma cura pelo veneno, nossos colegas nos chamam para a urgência da intervenção política. Mas, atenção! No âmbito do político delineou-se (neste mundo que à falta de imaginação conceitual é tido como pós-moderno) essa personagem desinteressante e pernicioso, travestida de cidadão. Em tempos de globalização, a vida política vem sendo confinada às ações consentidas, porque inócuas, do usuário, do consumidor. Uma vida política sem substância e insípida, privada de potência criadora.

Por fim, neste número publicamos um documento resultante de uma prática que, ao nosso ver, merece ser retomada e aperfeiçoada pelos geógrafos preocupados em reinventar o trabalho intelectual na e através da AGB. Estimular a elaboração de estudos que analisem as ações pressupostas nas concepções estatísticas sobre o espaço, deslindando seus pressupostos, suas intencionalidades, suas contradições e

implicações sem perder a perspectiva da ação propositiva é um dos desafios para que a atuação na AGB possa, de fato, contar como experiência ressocializadora para os que, ao procurarem essa “velha senhora”, possam lhe garantir longevidade.

Sérgio Martins